

**LIVRO DE  
QUESTÕES**

**VUNESP**

## EXPEDIENTE

Diretora editorial  
Coordenação editorial  
Revisão  
Projeto gráfico  
Diagramação

**Juliana Pivotto**  
**Mari de Barros**  
**Equipe de Revisão Nova Concursos**  
**Equipe Nova Concursos**  
**Willian Lopes**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057**

VUNESP / [Evelise Leiko Uyeda Akashi]...[et al]. -- São Paulo  
: Nova Concursos, 2019.  
?? p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-19-1

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Concursos - Problemas, questões, exercícios 3. Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista I. Akashi, Evelise Leiko Uyeda

CDU 35.08(079.1)

18-0301

Índices para catálogo sistemático:  
1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT011-19-VUNESP

# APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por matérias, e cada matéria dividida em tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão. Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas, tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

**Muito obrigado.**  
**Editores da Nova Concursos**

# SUMÁRIO

Língua Portuguesa.....	9
Matemática.....	69
Raciocínio Lógico-Matemático.....	129
Informática .....	155
Administração Geral .....	201
Direito Constitucional.....	225
Direito Administrativo.....	299
Direito Penal.....	343
Direito Processual Penal.....	393
Direito Civil.....	439
Direito Processual Civil .....	485
Direito do Trabalho .....	523
Direito Processual do Trabalho.....	565
Direitos das Pessoas com Deficiência.....	605
Ética no Serviço Público .....	623

# LÍNGUA PORTUGUESA

## **Sobre a Autora**

### **Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco**

Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina. Especialista pela Universidade Estadual Paulista – Unesp

**1. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO – SOLDADO PM 2.ª CLASSE – VUNESP – 2017)**

“Efeito Google” muda uso da memória humana

Pense rápido: qual o número de telefone da casa em que morou quando era criança? E o celular das pessoas com quem tem trocado mensagens recentemente? Por certo, foi mais fácil responder à primeira pergunta do que à segunda – mas você não está sozinho. Estudos científicos chamam esse fenômeno de “efeito Google” ou “amnésia digital”, um sintoma de um comportamento cada vez mais comum: o de confiar o armazenamento de dados importantes aos nossos dispositivos eletrônicos e à internet em vez de guardá-los na cabeça.

Na internet, basta um clique para vasculhar um sem-número de informações. Segundo Adrian F. Ward, da Universidade de Austin, nos Estados Unidos, o acesso rápido e a quantidade de textos fazem com que o cérebro humano não considere útil gravar esses dados, uma vez que é fácil encontrá-los de novo rapidamente. “É como quando consultamos o telefone de uma loja: após discar e fazer a ligação, não precisamos mais dele”, explica Paulo Bertolucci, da Unifesp.

É o que mostra também uma pesquisa recente conduzida pela empresa de segurança digital Kaspersky, realizada com 6 mil pessoas em países da União Europeia. Ao receberem uma questão, 57% dos entrevistados tentam sugerir uma resposta sozinhos, mas 36% usam a internet para elaborar sua resposta. Além disso, 24% de todos os entrevistados admitiram esquecer a informação logo após utilizá-la para responder à pergunta – o que gerou a expressão “amnésia digital”.

Para Bertolucci, no entanto, o conceito é incorreto. “Amnésia significa esquecer-se de algo; na ‘amnésia digital’, a pessoa não chega nem a aprender e, portanto, não consegue esquecer algo que escolheu nem lembrar.”

(Bruno Capelas. O Estado de S.Paulo, 06.06.2016. Adaptado)

De acordo com o texto, “efeito Google” ou “amnésia digital” refere-se

- ao apagamento da memória de longo prazo devido ao armazenamento de dados em dispositivos eletrônicos.
- à dificuldade de quem tem lapsos de memória em aprender conteúdos novos por meio de ambientes virtuais.
- à tendência de deixar de memorizar informações acessadas facilmente por meio de aparatos eletrônicos.
- à memorização parcial de dados obtidos por meio da internet, o que acarreta um déficit de atenção.
- ao esquecimento provisório de dados, em virtude do excesso de informações disponíveis nos meios virtuais.

**1.**

Em "a": Errado – Ao apagamento da memória de longo prazo devido ao armazenamento de dados em dispositivos eletrônicos.

Em "b": Errado – À dificuldade de quem tem lapsos de memória em aprender conteúdos novos por meio de ambientes virtuais.

Em "c": Certo – À tendência de deixar de memorizar informações acessadas facilmente por meio de aparatos eletrônicos.

Em "d": Errado – À memorização parcial de dados obtidos por meio da internet, o que acarreta um déficit de atenção.

Em "e": Errado – Ao esquecimento provisório de dados, em virtude do excesso de informações disponíveis nos meios virtuais.

Voltemos ao texto: (...) "amnésia digital", um sintoma de um comportamento cada vez mais comum: o de confiar o armazenamento de dados importantes aos nossos dispositivos eletrônicos e à internet em vez de guardá-los na cabeça = corresponde a deixar de memorizar informações acessadas via meios eletrônicos.

**GABARITO OFICIAL: C**

# MATEMÁTICA

## **Sobre a Autora**

### **Evelise Leiko Uyeda Akashi**

Engenheira de Alimentos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Graduanda em Matemática pelo Claretiano.

Especialista em Lean Manufacturing pela Pontifícia Universidade Católica (PUC).



**1. (IPSM – ANALISTA DE GESTÃO – VUNESP – 2018)** Saí de casa com determinada quantia no bolso. Gastei, na farmácia  $\frac{2}{5}$  da quantia que tinha. Em seguida, encontrei um compadre que me pagou uma dívida antiga que correspondia exatamente à terça parte do que eu tinha no bolso. Continuei meu caminho e gastei a metade do que tinha em alimentos que doei para uma casa de apoio a necessitados. Depois disso, restavam-me 420 reais. O valor que o compadre me pagou é, em reais, igual a:

- a) 105.
- b) 210.
- c) 315.
- d) 420.
- e) 525.

**2. (IPSM – ANALISTA DE GESTÃO – VUNESP – 2018)** Carlos, Ana e Gerson tabularam as respostas de uma pesquisa, realizada via questionário, que foi respondido pelos usuários de um determinado serviço municipal. Sabendo que Carlos tabulou um terço do total de questionários, Ana tabulou três quintos do que sobrou e Gerson, os 460 questionários restantes, a diferença entre os números de questionários tabulados por Ana e Gerson foi:

- a) 210.
- b) 220.
- c) 230.
- d) 240.
- e) 250.

**3. (CÂMARA DE SUMARÉ-SP – ESCRITURÁRIO – VUNESP – 2017)** Se, numa divisão, o divisor e o quociente são iguais, e o resto é 10, sendo esse resto o maior possível, então o dividendo é:

- a) 131.
- b) 121.
- c) 120.
- d) 110.
- e) 101.

**4. (CÂMARA DE SUMARÉ-SP – ESCRITURÁRIO – VUNESP – 2017)** Uma indústria produz regularmente 4500 litros de suco por dia. Sabe-se que a terça parte da produção diária é distribuída em caixinhas P, que recebem 300 mililitros de suco cada uma. Nessas condições, é correto afirmar que a cada cinco dias a indústria utiliza uma quantidade de caixinhas P igual a:

- a) 25000.
- b) 24500.
- c) 23000.
- d) 22000.
- e) 20500.

## GABARITO COMENTADO

1.

Se gastou 2:5, ficou com 3:5:

$$\frac{3}{5} + \frac{3}{5} \cdot \frac{1}{3} = \frac{3}{5} + \frac{1}{5} = \frac{4}{5}$$

Gastou metade:

$$\frac{\frac{4}{5}}{2} = \frac{4}{10} = \frac{2}{5}$$

2/5 corresponde a 420.

Como o valor que o compadre pagou corresponde a 1/5

$$420 : 2 = 210$$

**GABARITO OFICIAL: B**

2.

Carlos: 1/3

$$\text{Ana: } \frac{3}{5} \cdot \frac{2}{3}$$

$$\text{Ana e Carlos: } \frac{1}{3} + \frac{3}{5} \cdot \frac{2}{3} = \frac{1}{3} + \frac{2}{5} = \frac{5}{15} + \frac{6}{15} = \frac{11}{15}$$

Ou seja, Gerson tabulou 4:15 que corresponde a 460 questionários.

A diferença entre eles é de 2:15, que seria a metade do que Gerson fez.

$$460 : 2 = 230$$

**GABARITO OFICIAL: C**

3.

Como o maior resto possível é 10, o divisor é o número 11 que é igual o quociente.

$$11 \times 11 = 121 + 10 = 131$$

**GABARITO OFICIAL: A**

4.

4500 : 3 = 1500 litros para as caixinhas;

1500 litros = 1.500.000 ml;

1.500.000 : 300 = 5000 caixinhas por dia;

5000 × 5 = 25.000 caixinhas em 5 dias.

**GABARITO OFICIAL: A**

# RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

## **Sobre a Autora**

### **Evelise Leiko Uyeda Akashi**

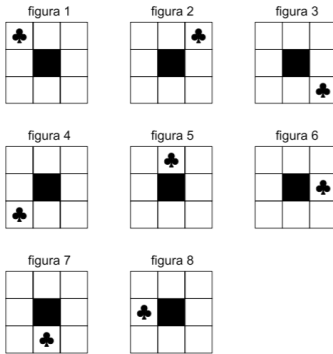
Engenheira de Alimentos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Graduanda em Matemática pelo Claretiano.

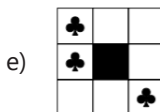
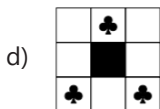
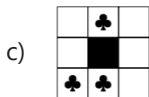
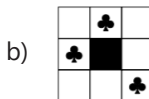
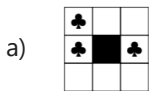
Especialista em Lean Manufacturing pela Pontifícia Universidade Católica (PUC).

## SEQUÊNCIAS

1. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2018) Considere os primeiros 8 elementos da seqüência de figuras:



Nesta seqüência, as figuras 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 correspondem, respectivamente, às figuras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, assim como as figuras 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, e assim segue, mantendo-se esta correspondência. Sobrepondo-se as figuras 109, 131 e 152, obtém-se a figura:



**2. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2018)** Na sequência numérica 1, 2, 3, 6, 7, 8, 21, 22, 23, 66, 67, 68, ..., os termos sucedem segundo um padrão. Mantido o padrão, o décimo quarto termo é o número:

- a) 202.
- b) 282.
- c) 229.
- d) 308.
- e) 255.

**3. (IPSM – ASSISTENTE DE GESTÃO MUNICIPAL – VUNESP – 2018)** Na sequência numérica ..., -8, 4, -2, 1,  $-1/2$ , ..., o quinto termo é -8. O produto do primeiro com o décimo quinto termo dessa sequência é igual a:

- a) -2.
- b) -1.
- c) 1.
- d) 2.
- e) 4.

**4. (TCE-SP – AGENTE DA FISCALIZAÇÃO – VUNESP – 2017)** Considere a sequência (10, 15, 13, 18, 16, 21, 19, 24, 22, 27, ...). A soma do 16º, 17º e 18º termo dessa sequência é igual a:

- a) 107.
- b) 109.
- c) 104.
- d) 105.
- e) 110.

**5. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2017)** Na sequência numérica 2, 3, 5, 9, 17, 33, 65, 129, ..., mantida a ordem preestabelecida, o próximo elemento é:

- a) 273.
- b) 257.
- c) 249.
- d) 281.
- e) 265.

## GABARITO COMENTADO

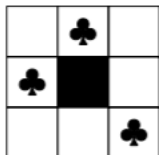
1.

$$109 : 8 = 13 \text{ (resta 5)}$$

$$131 : 8 = 16 \text{ (resta 3)}$$

$$152 : 8 = 19 \text{ (resta 0)}$$

Seria igual a figura 5, figura 3 e figura 8.



**GABARITO OFICIAL: B**

2.

Observe que a cada 3 é uma sequência. E o primeiro de cada sequência é a soma dos outros três.

$$6 = 1 + 2 + 3$$

$$21 = 6 + 7 + 8$$

$$66 = 21 + 22 + 23$$

$$\text{O próximo é o } 66 + 67 + 68 = 201$$

Então o 14º termo é 202.

**GABARITO OFICIAL: A**

3.

Observe que a sequência ímpar a razão é  $\frac{1}{4}$ .

Para a sequência ímpar, o quinto termo é o terceiro;

$$a_3 = a_1 \cdot q^2$$

$$-8 = a_1 \cdot \left(\frac{1}{4}\right)^2$$

$$-8 = a_1 \cdot \frac{1}{16}$$

$$a_1 = -128$$

$a_{15}$  é o 8º termo da sequência ímpar.

$$a_8 = -8 \cdot q^5$$

$$a_8 = -8 \cdot \left(\frac{1}{4}\right)^5$$

$$a_8 = -8 \cdot \frac{1}{1024} = -\frac{1}{128}$$

$$a_1 \cdot a_8 = -128 \cdot \left(-\frac{1}{128}\right) = 1$$

**GABARITO OFICIAL: C**

4.

Observe que a sequência ímpar:  $a_1, a_3, a_5, \dots$  tem razão 3 e começam com o 10.

A sequência par:  $a_2, a_4, \dots$  tem razão 3 e começa com o 15;

16º termo é 8º termo da sequência par;

$$a_8 = a_1 + (n - 1)r$$

$$a_8 = 15 + 7 \times 3$$

$$a_8 = 15 + 21$$

$$a_8 = 36$$

O 17º termo é o 9º termo da sequência ímpar;

$$a_9 = a_1 + 8r$$

$$a_9 = 10 + 8 \times 3$$

$$a_9 = 10 + 24$$

$$a_9 = 34$$

18º termo é o 9º termo da sequência par;

$$a_9 = a_1 + 8r$$

$$a_9 = 15 + 8 \times 3$$

$$a_9 = 15 + 24$$

$$a_9 = 39$$

$$\text{Soma: } 36 + 34 + 39 = 109$$

**GABARITO OFICIAL: B**

5.

De um elemento para o outro a razão é de  $2^{n-1}$

$$2 + 20 = 3$$

$$3 + 2 = 5$$

$$5 + 2^2 = 9$$

$$9 + 2^3 = 17$$

$$17 + 2^4 = 33$$

$$129 + 2^7 = 129 + 128 = 257$$

**GABARITO OFICIAL: B**

# INFORMÁTICA

## **Sobre o Autor**

### **Ovidio Lopes da Cruz Netto**

Doutorado e mestrado em Engenharia Biomédica, projeto que criou um software que facilita o aprendizado de crianças portadoras de síndrome de Down <[www.ovidio.eng.br/nossavida](http://www.ovidio.eng.br/nossavida)> e seu desenvolvimento social.

Pós-graduado em Engenharia de Software pela Universidade São Judas Tadeu, em 2008.

Formação de docentes para o Ensino Superior pela UNINOVE, em 2007.

Graduado em Engenharia da Computação pela UMC, em 2004.

Trabalha com educação desde o ano de 2003.

Tem vários cursos de Tecnologia Educacional, realizados no Brasil e também no exterior, como: Itália, Espanha, Malta, Costa Rica e Argentina.

Professor integrante do Banco de Avaliadores (BASis) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) - INEP/MEC.



## CORREIOS ELETRÔNICOS

**1. (IPRESB – AGENTE PREVIDENCIÁRIO – VUNESP – 2017)** O seguinte e-mail foi encaminhado para vários destinatários, conforme ilustra a figura, convidando para uma reunião.

Para...	paulo_ramos; rafaela_silva; jose_carvalho
Cc...	joao_bravo; silvio_jose; pamela_costa
Cco...	antonio_freire; daniela_verde; flavia_oliveira; pamela_costa; jose_carvalho
Assunto:	Reunião

Prezados, bom dia.  
Segue um convite de reunião a ser realizada no conjunto 34-B do office-Center, data: 31/08/2017, horário a combinar.

Abraços

Saulo da Penha

E-mail: saulo\_da\_penha

Assinale a alternativa que só apresenta os e-mails de quem recebeu o e-mail em duplicata, convidando para a reunião.

- a) paulo\_ramos e pamela\_costa.
- b) antonio\_freire e flavia\_oliveira.
- c) pamela\_costa e jose\_carvalho.
- d) jose\_carvalho e silvio\_jose.
- e) pamela\_costa e flavia\_oliveira.


## INTERNET

**2. (PMS – ESCRITURÁRIO – VUNESP – 2018)** Na Internet, a função do \_\_\_\_\_ em uma URL é indicar que o site é seguro para navegação, ou seja, que será acessado utilizando um protocolo de transferência de hipertexto considerado seguro. Assinale a alternativa contendo a informação que preenche corretamente a lacuna do enunciado.

- a) prefixo http://
- b) prefixo https://
- c) sufixo .edu.br
- d) sufixo .com.br
- e) sufixo .org.br

**3. (PMS – ENGENHEIRO CIVIL – VUNESP – 2018)** Observe a tabela a seguir, extraída do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão. O intervalo B2:B5 contém valores no formato Moeda, com duas casas decimais.

	A	B
1	Nome	Salário
2	Paula	R\$ 2.433,30
3	Carlos	R\$ 1.500,00
4	Daniel	R\$ 2.323,34
5	Andrea	R\$ 2.300,90

Assinale a alternativa que apresenta o novo valor da célula B4, quando nela for aplicada, apenas uma vez, o recurso associado ao botão , do grupo Número, da guia Página Inicial.

- a) R\$ 2.323,34
- b) R\$ 2.323,3
- c) R\$ 2.323
- d) R\$ 2.323,0
- e) R\$ 2.323,00

**4. (TJM-SP – ESCRIVENTE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2017)** Tem-se, a seguir, a seguinte planilha criada no Microsoft Excel 2010, em sua configuração padrão

	A	B	C	D	E
1					
2	3	8	9	8	
3	4	6	7	7	
4	9	1	9	2	
5					

Assinale a alternativa que apresenta o resultado correto da fórmula =CONTAR.SE (A2:D4;" <6"), inserida na célula B5.

- a) 2
- b) 4
- c) 7
- d) 12
- e) 13

**1.**

Em "c": Certo – Pois:

Para = destinatário / Receberá a mensagem do e-mail/

CC = Cópia simples / Receberá uma cópia da mensagem do e-mail/

CCO= Cópia oculta / Receberá uma cópia ocultada da mensagem do e-mail, onde ninguém sabe que este personagem está recebendo a mensagem/

Nesta questão os únicos usuários que aparecem duplicados são: pamela\_costa (CC e CCO) e jose\_carvalho (Para e CCO).

**GABARITO OFICIAL: C****2.**

Em "b": Certo – Pois a letra "S" de "HTTPS" é utilizada para informar que aqueles dados estão criptografados, ou seja, o prefixo "https://" é uma rede criptografada de grande segurança, enquanto o prefixo "http://" é de maior fragilidade, menor segurança.

**GABARITO OFICIAL: B****3.**

Em "b": Certo – Pois o botão destacado na pergunta serve para diminuir as casas decimais. Se a célula B4 estiver selecionada o resultado caso o botão seja "clicado" uma vez é R\$ 2.323,34. Tal recurso utiliza as regras de arredondamento matemático, ou seja, se o número for maior ou igual a 5 ocorre arredondamento, caso contrário ocorre o truncamento.

**GABARITO OFICIAL: B****4.**

Em "b": Certo – Pois a função "CONTAR.SE" não existe no Excel 2010 esta questão é passiva de anulação, o correto seria "CONT.SE", que conta a ocorrência de uma determinada condição em um determinado intervalo. Para esta questão, no intervalo demonstrado pela figura existem 4 células com valores menores que 6, são eles: 3 (em A1), 4 (em A2), 1 (em B4) e 2 (em D4). Cuidado com o valor da célula B3, que é 6, a condição da função descrita contará apenas se for menor que 6.

Obs.: Algumas páginas oficiais do MS Office foram traduzidas "ao pé da letra" para o português, nestes casos existem divergências nos nomes das funções, um dos exemplos pode ser visto em: (<<https://support.office.com/pt-pt/article/contar-se-fun%C3%A7%C3%A3o-contar-se-e0de10c6-f885-4e71-abb4-1f464816df34>>), onde pode-se perceber o nome "CONTAR.SE" porem foi traduzido de "COUNT.IF"

**GABARITO OFICIAL: B**

# ADMINISTRAÇÃO GERAL

## **Sobre a Autora**

### **Silvana Guimarães Ferreira**

Bacharel em Direito.

Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos;

Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos.

Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

**1. (PB-BA – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)** Estruturas Matriciais são constituídas de

- a) departamentos funcionais por especialidades: produção, finanças, marketing, contábil, jurídico, etc., e cada funcionário responde a um único chefe.
- b) divisões autônomas que produzem um produto, ou prestam um serviço específico.
- c) trabalhadores freelancers, e que se encontram física ou virtualmente para realizar um trabalho.
- d) agrupamentos simultâneos de pessoas e recursos por função e por produto, representados por eixos verticais e horizontais.
- e) divisões autônomas que produzem um mesmo produto, ou prestam um serviço específico, estabelecidas em regiões diferentes.

**2. (CÂMARA DE MOGI DAS CRUZES-SP – AUXILIAR DE APOIO ADMINISTRATIVO – VUNESP – 2017)** É de fundamental importância conhecer e identificar a estrutura de poder da organização, visando compreender as relações de subordinação e hierarquia. A representação gráfica de uma estrutura formal é conhecida como

- a) fluxograma.
- b) histograma.
- c) cronograma.
- d) diagrama.
- e) organograma.

## ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**3. (CÂMARA DE MOGI DAS CRUZES-SP – AUXILIAR DE APOIO ADMINISTRATIVO – VUNESP – 2017)** Atividade exercida pela administração pública com o objetivo de incentivar iniciativas de interesse público, como uma forma de intervenção na ordem econômica. Trata-se de

- a) poder discricionário.
- b) descentralização.
- c) fomento.
- d) poder de polícia.
- e) centralização.

**4. (CÂMARA DE MOGI DAS CRUZES-SP – AUXILIAR DE APOIO ADMINISTRATIVO – VUNESP – 2017)** Comparativamente, Governo e Estado são entes diferenciados por várias características. Assinale, entre as alternativas seguintes, a que exprime corretamente uma dessas características.

- a) O Estado é elemento condutor do Governo.
- b) O Governo é elemento condutor do Estado.
- c) O Governo tem atribuições simbólicas.
- d) O Estado compõe o Governo e representa uma função administrativa.
- e) Os órgãos do Governo executam sem responsabilidade técnica.

**5. (CÂMARA DE MOGI DAS CRUZES-SP – AUXILIAR DE APOIO ADMINISTRATIVO – VUNESP – 2017)** Há diferenças entre as estruturas do Poder Legislativo no âmbito federal, estadual e municipal, definidas pela Constituição Federal/1988. A estrutura no(s) âmbito(s)

- a) estadual e federal é unicameral.
- b) estadual e municipal é tricameral.
- c) federal é unicameral.
- d) municipal é tricameral.
- e) federal é bicameral.

**6. (PC-BA – INVESTIGADOR DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)** O conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado denomina-se

- a) Administração Indireta.
- b) Administração Direta.
- c) Fundação Pública.
- d) Sociedade de Economia Mista.
- e) Empresa Pública.

## GESTÃO DE COMPETÊNCIA

**7. (PB-BA – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)** Uma das definições mais referenciadas em Gestão de Pessoas, na atualidade, e que constitui um dos “novos modelos de gestão de pessoas”, diz respeito a algo que é o “[...] saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”. (FLEURY & FLEURY, 1999. Adaptado)  
Essa definição refere-se ao conceito de

- a) Liderança
- b) Conhecimento
- c) Motivação
- d) Habilidade
- e) Competência

**1.**

Em "a": Errado – Tipicamente estrutura funcional.

Em "b": Errado – Apresenta as características de estrutura por Produtos ou Serviços.

Em "c": Errado – Características de uma estrutura em rede.

Em "d": Certo – Além dessas características citadas na alternativa, a estrutura matricial é departamentalizada pelo critério funcional no primeiro nível, é orientada por projeto, apresenta estrutura dinâmica, flexível e tem como foco lucro e recursos.

Em "e": Errado – Trata-se da estrutura geográfica.

**GABARITO OFICIAL: D****2.**

Em "a": Errado – Representa a sequência dos processos ou fluxos existentes na estrutura.

Em "b": Errado – É uma ferramenta estatística que identifica frequência de dados.

Em "c": Errado – Definição programada de tempo e data para executar determinada tarefa.

Em "d": Errado – Gráfico que apresenta informação de forma esquematizada e relacionada a algum tipo de área.

Em "e": Certo – Representa a forma como as funções/cargos estão hierarquizadas dentro da organização.

**GABARITO OFICIAL: E****3.**

Em "a": Errado – Refere-se à uma prerrogativa que o Estado possui de escolher ou decidir em determinados atos administrativos, conforme a conveniência, oportunidade e conteúdo, aquilo que considera ser o melhor para naquela situação, respeitando os limites legais existentes.

Em "b": Errado – Ocorre quando a Administração Direta transfere a prestação do serviço para a Administração Indireta ou para o particular.

Em "c": Certo – Fomento é ação do governo que tem por finalidade incentivar ou proporcionar meios para que o setor produtivo tenha desenvolvimento.

Em "d": Errado – Quando a Administração Pública, por meio de atos normativos ou concretos, limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

Em "e": Errado – Quando o próprio Estado executa suas tarefas, por meio dos órgãos e agentes integrantes da Administração Direta.

**GABARITO OFICIAL: C****4.**

Em "a": Errado – O governo é o responsável por gerir o estado, portanto, o Estado é conduzido.

Em "b": Certo – Governo é formado por instituições que compõem o Estado, e é ele que possui a função de administrar esse Estado.

Em "c": Errado – Como instituição responsável pela administração do estado, suas atribuições são concretas e muito bem definidas.

Em "d": Errado – O governo compõe o estado e desenvolve a função de administrá-lo.

Em "e": Errado – Para responder administrativamente faz-se necessária.

**GABARITO OFICIAL: B**

5.

Em "a": Errado – Na esfera estadual é unicameral e na esfera federal é bicameral.

Em "b": Errado – Nas esferas estadual e municipal, a organização se dá na modalidade unicameral.

Em "c": Errado – Na esfera federal é bicameral.

Em "d": Errado – Na esfera municipal é unicameral.

Em "e": Certo – O Poder Legislativo na esfera federal é organizado na modalidade bicameral, ou seja, é constituído de duas câmaras: a dos Deputados e o Senado Federal. Juntas, as duas Casas compõem o Congresso Nacional.

**GABARITO OFICIAL: E**

6.

Em "a": Errado – Vinculada à administração pública direta, exerce atividades de forma descentralizada, sem autonomia política.

Em "b": Certo – ADMINISTRAÇÃO DIRETA (centralizada) conjunto de órgãos subordinados diretamente ao respectivo poder executivo.

Em "c": Errado – Entidades de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, autorizadas por lei para o desenvolvimento de atividades de interesse público, como educação, cultura e pesquisa.

Em "d": Errado – Pessoas jurídicas de Direito Privado, com participação do Poder Público e de particulares no seu capital e na sua administração, para a realização de atividade econômica ou serviço público outorgado pelo Estado.

Em "e": Errado – Pessoa jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

**GABARITO OFICIAL: B**

7.

Em "a": Errado – Liderança é a capacidade de influenciar ou instigar alguém a agir conforme sua orientação.

Em "b": Errado – Conhecimento é o domínio do saber.

Em "c": Errado – Motivação é o estímulo que justifica a ação.

Em "d": Errado – Habilidade é o saber fazer, saber colocar em prática o que conhece.

Em "e": Certo – Competência é a integração e a coordenação de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes: CHA.

**GABARITO OFICIAL: E**



# DIREITO CONSTITUCIONAL

## Sobre o Autor

### **Ricardo Bispo Razaboni Junior**

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP.

Bolsista CAPES/PROSUP.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis.

Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ.

Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo.

Professor de cursos preparatórios para concursos públicos.

Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP.

Advogado.

Consultor Jurídico.

## PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA

**1. (UNICAMP – PROCURADOR DE UNIVERSIDADE ASSISTENTE – VUNESP – 2018)** Com base no que estabelece a Constituição Federal, o Estado brasileiro se submeteu à jurisdição do Tribunal Penal Internacional, o qual tem competência expressa para julgar os crimes:

- a) de guerra, hediondos, tráfico internacional de drogas e de tortura.
- b) de terrorismo, contra a humanidade, de tortura e de extermínio em massa.
- c) políticos, desumanos, hediondos e de tortura.
- d) de genocídio, contra a humanidade, de guerra e de agressão.
- e) de racismo, contra o Estado Democrático de Direito, contra a humanidade e tortura coletiva.

## TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

**2. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)** Ao dispor sobre os direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal de 1.988 dispõe que:

- a) após o registro dos filiados, as entidades associativas têm legitimidade automática para representá-los judicial ou extrajudicialmente.
- b) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em títulos da dívida pública, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- c) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- d) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que o respectivo órgão de classe estabelecer.
- e) os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados por maioria absoluta em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, serão equivalentes às emendas constitucionais.

## TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

**3. (CÂMARA DE ITAQUAQUECETUBA-SP – PROCURADOR JURÍDICO – VUNESP – 2018)** Dentre as classificações atribuídas às Constituições, é correto assinalar que a Constituição Brasileira de 1.988 é:

- a) cesarista quanto à origem e sintética quanto à extensão.
- b) dogmática quanto ao modo de elaboração e heterônoma quanto à sua origem de decretação.

- c) rígida quanto à alterabilidade e analítica quanto à extensão.
- d) pactuada quanto à origem e analítica quanto à extensão.
- e) histórica quanto ao modo de elaboração e plástica quanto à alterabilidade.

## FEDERALISMO

**4. (PC-SP – DELEGADO DE POLÍCIA – VUNESP – 2018)** É correto afirmar que o Federalismo:

- a) representa uma forma de Estado que possui um centro único dotado de capacidade legislativa, administrativa e política, que é direcionado às unidades locais e regionais.
- b) representa um sistema de governo, que analisa as relações de poder existentes no âmbito da federação.
- c) ocorreu no Brasil por meio de um movimento centrífuga (por segregação).
- d) ocorreu no Brasil mediante um movimento centrípeta (por agregação).
- e) representa uma forma de governo, que leva em consideração a quantidade de titulares que estão no poder.

## DIREITOS INDIVIDUAIS

**5. (PREFEITURA DE SOROCABA-SP – PROCURADOR DO MUNICÍPIO – VUNESP – 2018)** No tocante ao direito à informação, a Carta Magna estabelece expressamente, que:

- a) o servidor que se recusar a fornecer as informações solicitadas sujeita-se a responder pelo crime de desobediência.
- b) a Administração deve fornecer as informações solicitadas quando estas forem de interesse particular do solicitante, ficando desobrigada de fornecê-las se forem apenas de interesse geral.
- c) a Administração não pode se recusar a fornecer as informações solicitadas alegando que seu sigilo é imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- d) o solicitante tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.
- e) as exceções ao direito de obter informações se relacionam às informações que dizem respeito a dados de servidores públicos, autoridades e membros do Ministério Público e do Poder Judiciário.

**1.**

Em “a”, não obstante, o repúdio ao terrorismo e ao racismo – sendo o primeiro um crime hediondo art. 5º, XLIII, da CF e Lei nº 8.072/1.990 – seja um dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil (art. 4º, VIII, CF), é certo que os crimes hediondos, dentre eles a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo não são de competência do Tribunal Penal Internacional. Vide comentário letra “d”.

Em “b” e “c”, vide comentário letra “a” e letra “d”.

Em “d”, art. 5º, § 4º, da CF e art. 5º, item 1 do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional promulgado pelo Decreto nº 4.388/2002.

Em “e”, vide comentário letra “a” e letra “d”.

**GABARITO OFICIAL: D****2.**

Em “a”, CF, art. 5º, XXI: “as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente”.

Em “b”, o art. 5º, XXIV, da CF versa que neste caso, a desapropriação se dará mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

Em “c”, é o que prescreve o art. 5º, XIX, da CF.

Em “d”, dispõe o art. 5º, XIII, a liberdade de profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Em “e”, a recepção de tratados e convenções internacionais de direitos humanos como emenda constitucional, ocorrerá mediante aprovação em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por 3/5 dos votos dos respectivos membros, art. 5º, § 3º, da CF.

**GABARITO OFICIAL: C****3.**

Em “a”, quanto à origem a CF/88 é promulgada e quanto à extensão é analítica.

Em “b”, quanto ao modo de elaboração a CF/88 é dogmática e quanto à origem é promulgada.

Em “c”, a rigidez, quanto à alterabilidade da CF/88 se caracteriza em seu art. 60 no qual estabelece o procedimento e os limites do poder de reforma constitucional (emendas constitucionais). Ademais, quanto à extensão, cuida-se de uma Constituição analítica, ou seja, a CF/88 possui maior extensão de artigos meramente formais.

Em “d”, vide comentário letra “a”.

Em “e”, quanto ao modo de elaboração a CF/88 é dogmática e quanto à alterabilidade é rígida.

**GABARITO OFICIAL: C**

4.

Em "a", trata-se de descrição de forma de Estado Unitário, ou seja, centralizado.

Em "b", o Federalismo é uma forma de Estado.

Em "c", o Brasil tornou-se um Estado Federal, através do movimento centrífugo, por segregação, ou seja, de um Estado unitário passou a ter entes federados.

Em "d", a agregação por movimento centrípeto, ocorre quando Estados independentes se unem para formação de um Estado soberano.

Em "e", o Federalismo é uma forma de Estado.

**GABARITO OFICIAL: C**

5.

Em "a", não há o que se falar em crime de desobediência (art. 330, do CP), sendo previsto responsabilidade administrativa ao servidor, art. 32, da Lei nº 12.527/2011.

Em "b", prescreve o art. 3º, II, da Lei nº 12.527/2011 o dever de "divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações".

Em "c", a Lei nº 12.527/2011 em seu art. 4º, III, prevê como informação sigilosa aquela: "submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado".

Em "d", art. 5º, XXXIII, da CF.

Em "e", as exceções ao direito de informação dizem respeito as informações sigilosas e informações pessoais disciplinadas na Lei nº 12.527/2011, art. 4º, III e IV e art. 23 e seguintes.

**GABARITO OFICIAL: D**

# DIREITO ADMINISTRATIVO

## **Sobre a Autora**

### **Bruna Pinotti Garcia Oliveira**

Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB).

Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) – bolsista CAPES.

Professora de curso preparatório para concursos.

Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, anais de eventos e livros.

Trabalhos realizados notadamente na área de direito eletrônico, Direitos Humanos e Direito Constitucional.

Advogada e pesquisadora.

**1. (MPE-SP – ANALISTA JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – VUNESP – 2018)** O regime jurídico administrativo refere-se às características diferenciadoras do direito aplicável ao relacionamento do Estado com os cidadãos, no cumprimento de sua função administrativa, em comparação ao direito aplicável ao relacionamento entre os cidadãos em sua vida privada. A esse respeito, é correto afirmar, de acordo com a doutrina tradicional, que:

- a) o regime jurídico administrativo implica em tratar os contratos administrativos como mera ficção, dado não ser possível ao Estado, ente dotado de poder império que é, submeter-se a uma relação contratual com um privado.
- b) trata-se o regime jurídico administrativo de resquício autoritário do direito administrativo brasileiro, não se justificando em nenhum caso a manutenção de poderes especiais para o Estado diante dos seus cidadãos em um país igualitário e democrático.
- c) a chamada supremacia do interesse público é o motivo justificador, no Estado Democrático de Direito, da existência do regime jurídico administrativo, o qual confere ao Estado prerrogativas e poderes em face dos cidadãos, de forma a permitir um melhor atendimento dos interesses públicos.
- d) o regime jurídico administrativo parte do reconhecimento de que os interesses privados têm menor valor e devem se sujeitar ao interesse estatal, ainda que o interesse privado a ser sacrificado seja relevante diante da natureza do interesse público a ser alcançado.
- e) historicamente, pode-se dizer que o direito administrativo evoluiu no sentido de limitar as hipóteses de responsabilização do Estado, restringindo os direitos do cidadão em face da Administração, o que se desenvolveu a partir da chamada “teoria do Fisco”.

**2. (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP – PROCURADOR – VUNESP – 2018)** O princípio da indisponibilidade do interesse público tem por resultado a limitação da ação do agente público, que pode muito, mas não pode agir de modo contrário ao interesse público. A respeito desse princípio, é correto afirmar que:

- a) embora previsto expressamente na Constituição, não possui qualquer repercussão prática no direito brasileiro, considerando-se a dificuldade de identificação do conteúdo do princípio.
- b) o interesse público pode ser mais bem compreendido por meio da separação entre interesse público primário, resultante da soma dos interesses individuais, e interesse público secundário, que consiste nos interesses do Estado, como sujeito de direitos.
- c) o princípio resulta da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses individuais, os quais devem sempre se submeter à vontade da coletividade, representada na ação do estado, quando em conflito com esta vontade.

- d) o mencionado princípio impede a adoção da arbitragem pela Administração Pública, considerando-se a impossibilidade de o agente público transigir quanto aos interesses públicos que persegue e representa.
- e) não compõe a ordem jurídica brasileira, dado não ser encontrado no texto da Constituição, nem poder ser deduzido a partir dos demais princípios constitucionais administrativos.

**3. (CÂMARA DE NOVA ODESSA-SP – ASSISTENTE LEGISLATIVO – VUNESP – 2018)** A vedação ao particular contratado, dentro de certos limites, de opor, em face da Administração, a exceção de contrato não cumprido, e a submissão do direito de greve dos servidores públicos a um regime jurídico mais restrito, a ser previsto em lei, são exemplos de aplicação de um dos princípios que rege a Administração Pública, qual seja, a:

- a) boa-fé.
- b) segurança jurídica.
- c) impessoalidade.
- d) continuidade do serviço público.
- e) publicidade.

4. (Prefeitura de Barretos-SP – Agente Administrativo – VUNESP – 2018) Princípio que não pode ser radicado em qualquer dispositivo constitucional específico. É, porém, da essência do próprio Direito, notadamente de um Estado Democrático de Direito, de tal sorte que faz parte do sistema constitucional como um todo. O enunciado se refere ao princípio da:

- a) legalidade.
- b) impessoalidade.
- c) publicidade.
- d) segurança jurídica.
- e) eficiência.

**5. (TJ-SP – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO – VUNESP – 2018)** A Administração tem o dever de realizar o interesse público sem a promoção do servidor público ou autoridade que realizou o ato. Essa previsão, concernente ao regime jurídico administrativo, é conforme ao princípio da:

- a) motivação.
- b) publicidade.
- c) supremacia do interesse público.
- d) impessoalidade.



**1.**

Em "a": Errado – Os contratos administrativos não são mera ficção e, apesar do regime jurídico administrativo, a Administração pode estabelecer relações contratuais, as quais se sujeitam a regras especiais nos moldes da Lei nº 8.666/1993.

Em "b": Errado – A manutenção de poderes especiais, mediante regime jurídico próprio, para o Estado diante dos seus cidadãos não caracteriza em desigualdade e nem gera déficit democrático nos países, pois é necessário resguardar a supremacia do interesse público.

Em "c": Certo – O regime jurídico administrativo é composto por um conjunto de prerrogativas e restrições a que se sujeita a Administração, os quais a habilitam a alcançar o interesse público, que é superior ao interesse privado.

Em "d": Errado – Nem sempre será aceito o sacrifício do interesse privado em prol do interesse público, cabendo uma ponderação a ser feita em cada caso concreto, mantendo a preservação de direitos individuais num contexto em que se busca realizar o interesse público.

Em "e": Errado – A teoria do fisco surgiu em sentido diverso, para aumentar as hipóteses de responsabilização do Estado.

**GABARITO OFICIAL: C****2.**

Em "a": Errado – O princípio da indisponibilidade do interesse público tem repercussão prática no Direito, sendo exemplo a impossibilidade de se dispor de forma gratuita de bens pertencentes ao poder público.

Em "b": Certo – O interesse público primário é composto pelas necessidades da sociedade, ao passo que o interesse público secundário exterioriza a vontade da máquina estatal, isto é, os anseios e as necessidades do Estado. Ex.: construção de creche é um interesse público primário, já a compra de computadores de ponta para uma repartição é interesse público secundário.

Em "c": Errado – Os interesses individuais nem sempre devem se submeter à vontade da coletividade, pois se assim o fosse não haveria como resguardar os direitos individuais.

Em "d": Errado – O princípio da indisponibilidade do interesse público não impede a arbitragem da Administração.

Em "e": Errado – O princípio da indisponibilidade do interesse público compõe a ordem jurídica brasileira.

**GABARITO OFICIAL: B****3.**

Em "a", "b", "c" e "e": Errado – Embora sejam todos princípios que regem a administração pública, não se relacionam de forma direta com a questão do serviço público que deve ser prestado com qualidade e de forma contínua.

Em “d”: Certo – Nos termos do artigo 37, VII, CF, “o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”. O Supremo Tribunal Federal decidiu que os servidores públicos possuem o direito de greve, devendo se atentar pela preservação da sociedade quando exercê-lo. Enquanto não for elaborada uma legislação específica para os funcionários públicos, deverá ser obedecida a lei geral de greve para os funcionários privados, qual seja a Lei nº 7.783/1989 (Mandado de Injunção nº 20). Os servidores devem, entre outros aspectos, resguardar a continuidade do serviço público, de forma que a greve não gere uma paralisação geral destes serviços e assim se preserve o interesse público, não deixando usuários a mercê da ausência do serviço.

**GABARITO OFICIAL: D**

4.

Em “a”, “b”, “c” e “e”: Errado – Encontramos princípios expressamente previstos como regentes da administração, nos termos do artigo 37, caput, CF: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]”.

Em “d”: Certo – A segurança jurídica não está expressamente prevista como princípio que rege a Administração, mas é um princípio constitucional implícito e que se deduz do artigo 5o, XXXVI, CF: “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”. O princípio da segurança jurídica impede a desconstituição injustificada de atos ou situações jurídicas, ainda que tenha ocorrido alguma inconformidade em sua constituição.

**GABARITO OFICIAL: D**

5.

Em “a”: Errado – O princípio da motivação determina que os atos administrativos sejam justificados.

Em “b”: Errado – O princípio da publicidade determina que os atos administrativos sejam públicos, salvo nos casos de sigilo.

Em “c”: Errado – O princípio da supremacia do interesse público impõe a prevalência do interesse público sobre o privado.

Em “d”: Certo – O princípio da impessoalidade preconiza que a atuação do agente público deve se pautar pela busca dos interesses da coletividade, não buscando beneficiar ou prejudicar pessoas em razão de afetos e desafetos pessoais do administrador. O desempenho de um papel inerente ao interesse público não deve ser motivo de promoção pessoal.

**GABARITO OFICIAL: D**

# DIREITO PENAL

## **Sobre a Autora**

### **Greice Aline da Costa Sarquis Pinto**

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista (FADAP/FAP).

Membro da Comissão do Jovem Advogado na 34ª Subseção de Tupã-SP.

Advogada inscrita na OAB-SP, sob nº 298.596.

**1. (TCE-SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – VUNESP – 2017)** Assinale a alternativa que contenha apenas crimes descritos no Código Penal contra as finanças públicas.

- a) Contratação de operação de crédito, ordenação de despesa não autorizada e não cancelamento de restos a pagar.
- b) Oferta pública ou colocação de títulos no mercado, moeda falsa e prestação de garantia graciosa.
- c) Inserção de dados falsos em sistema de informações, assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura e emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- d) Não cancelamento de restos a pagar, extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento e emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- e) Inserção de dados falsos em sistema de informações, sonegação ou inutilização de livro ou documento e contratação de operação de crédito.

**2. (PREFEITURA DE MARÍLIA-SP – PROCURADOR JURÍDICO – VUNESP – 2017)** Em determinada execução fiscal promovida pela Prefeitura Municipal de Marília, é localizado um bem que, uma vez alienado gerará valor mais do que suficiente para o pagamento do crédito tributário ao Erário. O juízo determina a penhora do bem e designa um depositário judicial. Seguidos os trâmites processuais, é determinado o leilão do bem. No entanto, verifica-se que o depositário judicial vendeu o bem por conta própria e apossou-se do valor, estando em local incerto e não sabido. Considerando as previsões do Código Penal, é correto afirmar que o depositário judicial, nessa situação, haveria cometido o crime de:

- a) prevaricação.
- b) peculato mediante erro de outrem.
- c) apropriação indébita.
- d) peculato.
- e) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

**3. (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP – PROCURADOR – VUNESP – 2017)** Considerando os Crimes contra a Administração, nos exatos termos do art. 334-A, § 1º, III, quem reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação incorre na mesma pena do crime de:

- a) sonegação fiscal.
- b) descaminho.
- c) fraude de concorrência.
- d) contrabando.
- e) corrupção ativa em transação comercial internacional.

**1.**

Em “a”, contratação de operação de crédito, art. 359-A. Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa: Pena: reclusão de um a dois anos.

Ordenação de despesa não autorizada, art. 359-D. Ordenar despesa não autorizada por lei. Pena: reclusão de um a quatro anos.

Não cancelamento de restos a pagar, art. 359-F. Deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei. Pena: detenção de seis meses a dois anos.

Em “b”, o crime de moeda falsa, que é crime contra a fé pública, art. 289, do CP.

Em “c”, inserção de dados falsos em sistema de informações, art. 313, do CP e emprego irregular de verbas ou rendas públicas, art. 315, ambos crimes contra a Administração Pública praticados por funcionários públicos.

Em “d”, extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento, art. 314 e emprego irregular de verbas ou rendas públicas, art. 315, ambos crimes contra a Administração Pública praticados por funcionários públicos.

Em “e”, inserção de dados falsos em sistema de informações, art. 313-A e sonegação ou inutilização de livro ou documento, art. 314, ambos crimes contra a Administração Pública praticados por funcionários públicos.

**GABARITO OFICIAL: A****2.**

Em “a”, prevaricação, art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

Em “b”, peculato mediante erro de outrem, art. 313. Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

Em “c”, CP Apropriação indébita, art. 168. Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção. Pena: reclusão de um a quatro anos, e multa.

Aumento de pena;

§ 1º – A pena é aumentada de um terço, quando o agente recebeu a coisa:

I – Em depósito necessário;

II – Na qualidade de tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial;

III – Em razão de ofício, emprego ou profissão.

Em “d”, peculato, art. 312. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Em “e”, emprego irregular de verbas ou rendas públicas, art. 315. Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.

**GABARITO OFICIAL: C**

3.

Em “a”, sonegação fiscal, está previsto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27-12-90, caracteriza-se por um tipo penal múltiplo na última espécie examinada. Define-se o delito pela ação de suprimir ou reduzir tributo por meio de diversos tipos de comportamentos, entre eles: omitir informação, fraudar a fiscalização, elaborar documento falso, etc.

Em “b”, descaminho, art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.

Em “c”, fraude de concorrência. Faz parte dos crimes praticados por particular contra a administração em geral. Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem.

Em “d”, contrabando, art. 334-A. Importar ou exportar mercadoria proibida. Incluído pela Lei nº 13.008, de 26.6.2014.

Em “e”, corrupção ativa em transação comercial internacional. art. 337-B: “prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado a transação comercial internacional”

**GABARITO OFICIAL: D**

# DIREITO PROCESSUAL PENAL

## **Sobre a Autora**

### **Greice Aline da Costa Sarquis Pinto**

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista (FADAP/FAP).

Membro da Comissão do Jovem Advogado na 34ª Subseção de Tupã-SP.

Advogada inscrita na OAB-SP, sob nº 298.596.

## AÇÃO PENAL PÚBLICA

**1. (DPE-RO – DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO – VUNESP – 2017)** Assinale o crime que se processa mediante ação penal pública incondicionada.

- a) Furto de coisa comum (CP, art. 156).
- b) Violação do segredo profissional (CP, art. 154).
- c) Perigo de contágio venéreo (CP, art. 130).
- d) Ameaça (CP, art. 147).
- e) Violação de domicílio (CP, art. 150).

## EXECUÇÃO PENAL

**2. (DPE-RO – DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO – VUNESP – 2017)** Assinale a alternativa correta sobre execução penal.

- a) Compete ao juiz da execução diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento penal.
- b) Não compete ao juiz da execução aplicar aos casos lei posterior que de qualquer modo favoreça o condenado por se tratar de situação ligada ao processo de conhecimento.
- c) Compete ao juiz da execução compor e instalar o Conselho da Comunidade.
- d) Compete ao Juízo das Execuções Penais do Estado a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à administração federal.
- e) Não se aplica a lei de execução penal ao condenado pela Justiça Eleitoral quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

**3. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO (INTERIOR) – VUNESP – 2018)**

Com relação aos recursos e revisão, de acordo com o Código de Processo Penal, é correto dizer que:

- a) no caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, ainda que fundado em motivos pessoais, aproveitará aos outros.
- b) a revisão criminal só poderá ser requerida no prazo de até 02 (dois) anos da sentença condenatória, transitada em julgado.
- c) interposta a Apelação somente pelo acusado, não pode o Tribunal reinquirir testemunhas ou determinar diligências.
- d) nos processos de contravenção, interposta a apelação, o prazo para arrazoar será de 03 (três) dias.
- e) na apelação e no recurso em sentido estrito, há previsão de juízo de retratação.



## DIREITOS E DEVERES DO CONDENADO

**4. (DPE-RO – DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO – VUNESP – 2017)** Entre os direitos e deveres do condenado, afirma-se corretamente que:

- a) não é direito do condenado ter audiência com o diretor do estabelecimento em que cumpre a pena.
- b) não constitui dever do condenado conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina.
- c) não constitui dever do condenado manter asseio na cela.
- d) não constitui direito do condenado a proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.
- e) não é direito do condenado manter contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita de forma irrestrita.

## PERÍCIAS

**5. (DPE-RO – DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO – VUNESP – 2017)** É correto afirmar sobre o exame de corpo de delito e das perícias em geral:

- a) o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
- b) não há previsão legal no Código de Processo Penal acerca da formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.
- c) quando a infração deixar vestígios, é possível dispensar o exame de corpo de delito.
- d) em caso de lesões corporais, a falta de exame complementar não pode ser suprida pela prova testemunhal.
- e) se desaparecerem os vestígios, é possível que a prova testemunhal supra a ausência de exame de corpo de delito.

**6. (TJ-SP – JUIZ SUBSTITUTO – VUNESP – 2017)** No que diz respeito ao exame de corpo de delito e às perícias em geral, é correto afirmar que:

- a) será facultada ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a indicação de assistente técnico, vedada, porém, a formulação de quesitos.
- b) é permitido às partes, durante o curso do processo, requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova, desde que o mandado de intimação e as questões a serem esclarecidas sejam encaminhados com antecedência mínima de 10 (dez) dias, podendo apresentar as respostas em laudo complementar.
- c) é nulo o exame realizado por um só perito, considerando-se impedido o que tiver funcionado, anteriormente, na diligência de apreensão.
- d) o assistente técnico atuará a partir de sua admissão pelo juiz, sempre antes da conclusão dos exames e elaboração do laudo pelo perito oficial, sendo as partes intimadas desta decisão.

**1.**

Em "a": Errado – Art. 156 - Subtrair o condômino, co-herdeiro ou sócio, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

§ 1º - Somente se procede mediante representação.

§ 2º - Não é punível a subtração de coisa comum fungível, cujo valor não excede a quota a que tem direito o agente.

Em "b": Errado – Art. 154 - Revelar alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Somente se procede mediante representação.

Em "c": Errado – Art. 130 - Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

§ 1º - Se é intenção do agente transmitir a moléstia:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 2º - Somente se procede mediante representação.

Em "d": Errado – Ameaça. Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Parágrafo único - Somente se procede mediante representação.

Em "e": Certo – CP. Violação de domicílio.

Art. 150 - Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

**GABARITO OFICIAL: E****2.**

Em "a": Errado – Art. 81. Incumbe ao Conselho da Comunidade:

IV - diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento.

Em "b": Errado – Art. 66. Compete ao Juiz da execução:

I - aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado;

Em "c": Certo – Art. 66. Compete ao Juiz da execução:

IX - compor e instalar o Conselho da Comunidade.

Em "d": Errado – Súmula 192. Compete ao Juízo das Execuções Penais do Estado a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos a administração estadual.

Em "e": Errado – Súmula 192 do Superior Tribunal de Justiça, "compete ao juízo das execuções penais do estado a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça federal, militar ou eleitoral, quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à administração estadual".

**GABARITO OFICIAL: C**

**3.**

Em "a": Errado – Art. 580. No caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.

Em "b": Errado – Item errado, pois a revisão criminal pode ser ajuizada a qualquer tempo, inclusive após o óbito do condenado, na forma do art. 622 e 623 do CPP. Art. 622. A revisão poderá ser requerida em qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após.

Art. 623. A revisão poderá ser pedida pelo próprio réu ou por procurador legalmente habilitado ou, no caso de morte do réu, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

Em "c": Errado – Art. 616. No julgamento das apelações poderá o tribunal, câmara ou turma proceder a novo interrogatório do acusado, reinquirir testemunhas ou determinar outras diligências.

Em "d": Certo – Art. 600. Assinado o termo de apelação, o apelante e, depois dele, o apelado terão o prazo de oito dias cada um para oferecer razões, salvo nos processos de contravenção, em que o prazo será de três dias.

Em "e": Certo – Item errado, pois não há previsão de juízo de retratação (efeito regressivo do recurso) no recurso de apelação, embora haja tal efeito no RESE, conforme art. 589 do CPP.

Art. 589. Com a resposta do recorrido ou sem ela, será o recurso conclusivo ao juiz, que, dentro de dois dias, reformará ou sustentará o seu despacho, mandando instruir o recurso com os traslados que lhe parecerem necessários.

Parágrafo único. Se o juiz reformar o despacho recorrido, a parte contrária, por simples petição, poderá recorrer da nova decisão, se couber recurso, não sendo mais lícito ao juiz modificá-la. Neste caso, independentemente de novos arrazoados, subirá o recurso nos próprios autos ou em traslado.

**GABARITO OFICIAL: D**

# DIREITO CIVIL

## **Sobre a Autora**

### **Mariela Cardoso**

Jornalista e advogada, graduada na Universidade de Marília e Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM).

Especialista pela Fundação Getúlio Vargas.

Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Município de Marília-SP.

Professora especializada.

**1. (TJ-SP - JUIZ SUBSTITUTO – VUNESP – 2018)** O contrato de fiança é celebrado entre o fiador e o

- a) credor do afiançado, podendo ser gratuito ou oneroso, mas o fiador, se como tal demandado, poderá compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado.
- b) afiançado, sendo gratuito ou oneroso, mas o fiador, se como tal demandado, não poderá compensar sua dívida com a do credor ao afiançado, porque, obrigando-se por terceiro uma pessoa, não pode compensar essa dívida com a que o credor dele lhe dever.
- c) afiançado, sendo necessariamente gratuito, mas o fiador, se como tal demandado, não poderá compensar sua dívida com a do credor ao afiançado, porque, obrigando-se por terceiro uma pessoa, não pode compensar essa dívida com a que o credor dele lhe dever.
- d) credor do afiançado, podendo ser gratuito ou oneroso, e o fiador, se como tal demandado, não poderá compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado, porque a compensação exige que duas pessoas sejam, ao mesmo tempo, credoras e devedoras uma da outra.

**2. (TJ-MT – JUIZ SUBSTITUTO – VUNESP – 2018)** João é casado com Maria, sob o regime de separação convencional de bens. Entretanto, ele possui uma concubina, chamada Rita. Pretendendo dar um presente a esta última, João propõe a Paulo, pai de Rita, que este lhe compre um apartamento (de propriedade exclusiva de João), por um preço irrisório, e o dê em usufruto vitalício a Rita. Após o negócio, Paulo propôs a João que este lhe vendesse uma casa na praia, também de sua exclusiva propriedade, pelo valor que entendesse justo. Apesar de Paulo nunca ter ameaçado ou sequer insinuado que poderia contar a alguém a respeito do negócio anterior, tendo que, se contrariasse Paulo, poderia ter o seu segredo revelado, João vendeu a Paulo a casa na praia por metade de seu valor de mercado.

A respeito dos negócios narrados, é correto afirmar que

- a) o contrato de compra e venda do apartamento é nulo, podendo ser declarada a nulidade a qualquer tempo. O contrato de compra e venda da casa de praia é válido.
- b) ambos os contratos são nulos. As nulidades não são suscetíveis de confirmação e não convalidam pelo tempo, podendo ser declaradas a qualquer tempo.
- c) o contrato de venda do apartamento é nulo, podendo ser declarado a qualquer tempo. Diferentemente, o contrato de compra e venda da casa na praia é anulável, podendo ser desconstituído num prazo de até 4 anos.
- d) ambos os contratos são anuláveis. O prazo prescricional para sua anulação é de 4 anos, contados da celebração dos negócios jurídicos, e somente Maria é legitimada para pleitear a anulação da venda do apartamento.
- e) o contrato de compra e venda do apartamento é anulável, podendo ser desconstituído num prazo de até 4 anos. O contrato de compra e venda da casa de praia é válido.

**1.**

Em "a": O contrato de fiança é estabelecido sempre entre o fiador de o credor do afiançado, inclusive: Art. 820. Pode-se estipular a fiança, ainda que sem consentimento do devedor ou contra a sua vontade. Em regra, o contrato de fiança é gratuito, mas pode ser oneroso. Ex.: fiança bancária e seguro fiança.

Em "b": O contrato de fiança é estabelecido sempre entre o fiador de o credor do afiançado. Em regra, o contrato de fiança é gratuito, mas pode ser oneroso. Ex.: fiança bancária e seguro fiança. Fiador pode compensar a dívida sim.

Em "c": O contrato de fiança é estabelecido sempre entre o fiador de o credor do afiançado. Em regra, o contrato de fiança é gratuito, mas pode ser oneroso. Ex.: fiança bancária e seguro fiança. Fiador pode compensar a dívida sim.

Em "d": Fiador pode compensar a dívida sim.

**GABARITO OFICIAL: A****2.**

Em "a": Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

§ 1º Haverá simulação nos negócios jurídicos quando:

I - aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem;

Em "b", "c", "d" e "e": Enunciado 153, CFJ: Na simulação relativa, o negócio simulado (aparente) é nulo, mas o dissimulado será válido se não ofender a lei nem causar prejuízos a terceiros.

**GABARITO OFICIAL: A**

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL

## **Sobre a Autora**

### **Bruna Pinotti Garcia Oliveira**

Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB).

Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) – bolsista CAPES.

Professora de curso preparatório para concursos.

Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, anais de eventos e livros.

Trabalhos realizados notadamente na área de direito eletrônico, Direitos Humanos e Direito Constitucional.

Advogada e pesquisadora.

**1. (TJ-SP – JUIZ SUBSTITUTO – VUNESP – 2018)** Em relação ao Ministério Público, é correto afirmar:

- a) quando a prova pericial por ele requerida não seja realizada por entidade pública, caberá a ele, Ministério Público, adiantar os custos respectivos, desde que haja previsão orçamentária.
- b) em prol do Ministério Público vigora presunção de veracidade de suas alegações e de autenticidade dos documentos que juntar aos autos.
- c) se o respectivo membro deixar de cumprir decisão jurisdicional ou criar embaraço para tanto, será a ele imposta multa de até vinte por cento do valor da causa, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade disciplinar.
- d) respectivo membro será civilmente responsável, de forma direta quando agir com fraude e regressivamente quando agir com dolo ou culpa grave.

**2. (TJ-MT – JUIZ SUBSTITUTO – VUNESP – 2018)** Para o Direito brasileiro, a Fazenda Pública, em razão da atividade de tutela do interesse público, ostenta condição diferenciada das demais pessoas físicas e jurídicas no processo, sendo correto afirmar que:

- a) assim como o Ministério Público e a Defensoria Pública, desfruta de prazo em dobro apenas para recorrer e contestar.
- b) a prerrogativa do prazo em dobro aplica-se no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública.
- c) o prazo fixado na Lei de Mandado de Segurança para apresentação de informações da autoridade impetrada deve ser contado em dobro.
- d) o prazo fixado no Código de Processo Civil para impugnação pelo ente público do cumprimento da sentença deve ser computado em dobro.
- e) o prazo para apelação do ente público no Mandado de Segurança será computado em dobro.



**1.**

Em “a”, nos termos do art. 91, § 1º, CPC, “as perícias requeridas pela Fazenda Pública, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública poderão ser realizadas por entidade pública ou, havendo previsão orçamentária, ter os valores adiantados por aquele que requerer a prova”.

Em “b”, nos termos do art. 371, CPC, “o juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento”, logo, o fato de uma prova ter sido apresentada pelo Ministério Público não afeta sua valoração.

Em “c”, no caso de ato atentatório à dignidade da justiça causado pelo não cumprimento de decisão ou pela criação de embaraços à sua efetivação (art. 77, IV, CPC), a multa é de até 20% do valor da causa (art. 77, § 2º, CPC), mas não se aplica aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público, devendo eventual responsabilidade disciplinar ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria, ao qual o juiz oficiará (art. 77, § 6º, CPC).

Em “d”, nos termos do art. 181, CPC, em ambos casos o MP será civil e regressivamente responsável.

**GABARITO OFICIAL: A****2.**

Em “a”, conforme art. 183, CPC, “a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal”.

Em “b”, o art. 7º, da Lei nº 12.153/2009, fixa que não haverá prazo diferenciado.

Em “c”, a lei prevê prazo específico de 10 (dez) dias úteis, conforme art. 7º, I, Lei nº 12.016/2009.

Em “d”, o prazo é especificamente previsto no art. 535, caput, CPC, sendo de 30 (trinta) dias.

Em “e”, nos termos do art. 183, § 2º, CPC, “não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público”.

**GABARITO OFICIAL: E**

# DIREITO DO TRABALHO

## **Sobre a Autora**

### **Natasha Mirella Melo Costa**

Graduada em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA.

Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC-MG.

Advogada.

Consultora jurídica.

### 1. (UNICAMP – PROCURADOR DE UNIVERSIDADE ASSISTENTE – VUNESP – 2018) A prestação de serviços em regime de teletrabalho

- a) pressupõe a execução das atividades exclusivamente fora das dependências do empregador.
- b) não desobriga o empregador de orientar o empregado quanto às precauções para evitar doenças e acidentes do trabalho.
- c) impõe ao empregado o ônus de suportar as despesas para manutenção do local de trabalho.
- d) não pode ser alterada para o regime presencial sem a concordância do empregado.
- e) depende de expressa previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho, com indicação das responsabilidades do empregador.

### 2. (FAPESP – PROCURADOR – VUNESP – 2018) O contrato de trabalho intermitente

- a) não se aplica aos aeronautas, pois são regidos por legislação própria.
- b) se aplica indistintamente a qualquer atividade, não havendo restrições, desde que devidamente pactuado entre empregado e empregador.
- c) pressupõe o trabalho subordinado, contínuo e remunerado, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- d) não pode ser pactuado por prazo indeterminado, sendo indispensável a forma escrita.
- e) pressupõe a não alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em dias ou meses.

### 3. (FAPESP – PROCURADOR – VUNESP – 2018) O contrato de trabalho nulo, por ausência de concurso público, celebrado com ente da Administração Pública indireta,

- a) se extingue se houver a privatização.
- b) tem os efeitos convalidados se continuar a existir após eventual privatização.
- c) tem os efeitos convalidados no prazo de cinco anos.
- d) assegura todos os direitos ao empregado, tendo em vista o princípio da primazia da realidade.
- e) assegura ao empregado apenas os salários, depósito do fundo de garantia do tempo de serviço e estabilidade após três anos de serviço.

**1.**

Em "a": prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, art. 75-B, da CLT.

Em "b": O empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho, inclusive devendo o empregado assinar termo de responsabilidade, comprometendo-se a seguir as instruções, de acordo com art. 75-E e Parágrafo único, da CLT.

Em "c": Responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária as adequadas à prestação do trabalho remoto, bem como o reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito e não integram a remuneração do empregado, art. 75-D, da CLT.

Em "d": Determinação do empregador mais prazo de transição mínimo de quinze dias mais aditivo contratual, art. 75-C, da CLT e parágrafos.

Em "e": não existe esta previsão.

**GABARITO OFICIAL: B****2.**

Em "a": é o teor do art. 443 §3º da CLT, que aduz que o aeronauta possui legislação própria.

Em "b": não se aplica indistintamente a qualquer atividade, tendo restrição ao aeronauta.

Em "c": de fato, o trabalho permanece sendo subordinado, mas não contínuo, com alternância de dias, horas ou meses.

Em "d": O contrato intermitente deve ser celebrado por escrito e pode ter a duração por tempo determinado ou indeterminado, de acordo com o art. 452-A, da CLT.

Em "e": pressupõe a alternância de períodos de atividade e inatividade, variando em horas, dias ou meses.

**GABARITO OFICIAL: A****3.**

Em "a": não se extingue, pelos princípios da continuidade da relação de emprego e da despersonalização do empregador.

Em "b": Súmula 430 TST: Convalidam-se os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública Indireta, continua a existir após a sua privatização.

Em "c": inexistindo privatização, há nulidade absoluta, não convalidável.

Em "d": somente lhe confere o direito em relação as horas trabalhadas e aos valores referentes ao FGTS.

Em "e": A estabilidade exige prévia aprovação em concurso público e aprovação em avaliação de desempenho (art. 41, §4º, CF).

**GABARITO OFICIAL: B**

# DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

## **Sobre a Autora**

### **Natasha Mirella Melo Costa**

Graduada em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA.

Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC-MG.

Advogada.

Consultora jurídica.

**1. (UNICAMP – PROCURADOR DE UNIVERSIDADE – ASSISTENTE – VUNESP – 2018)** No processo do trabalho, a revelia não produz os efeitos da confissão quanto à matéria de fato se:

- a) a reclamada for a Fazenda Pública e os direitos forem disponíveis.
- b) as alegações não forem confirmadas nem complementadas pelos documentos juntados.
- c) havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação.
- d) a petição inicial não estiver acompanhada de documentos hábeis à prova das alegações.
- e) as alegações de fato forem inverossímeis e não estiverem em contradição com a prova constante dos autos.

**2. (UNICAMP – PROCURADOR DE UNIVERSIDADE – ASSISTENTE – VUNESP – 2018)** Nas demandas trabalhistas sujeitas ao rito sumaríssimo:

- a) o juiz poderá limitar ou excluir as provas, apenas na hipótese de considerá-las excessivas.
- b) a citação poderá ser feita por edital se o reclamante desconhecer o endereço do reclamado.
- c) sobre os documentos apresentados pela reclamada, o reclamante poderá se manifestar no prazo improrrogável de quarenta e oito horas.
- d) as partes serão intimadas para manifestação ao laudo pericial no prazo sucessivo de cinco dias.
- e) somente será admitido o recurso de revista por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.

**3. (FAPESP – PROCURADOR – VUNESP – 2018)** No processo do trabalho, podem ser opostas com suspensão do feito:

- a) as exceções de incompetência e suspeição.
- b) as exceções de litispendência e coisa julgada.
- c) as exceções de convenção de arbitragem e perempção.
- d) a reconvenção e as alegações preliminares em contestação.
- e) as preliminares de carência de ação e ausência dos pressupostos processuais.

**1.**

Em "a": Errado – De acordo com a OJ 152 SDI-I do TST – "Pessoa jurídica de direito público sujeita-se à revelia prevista no art. 844, da CLT". Ademais, afirma o art. 844, § 4º, inciso II – Que não se dará a revelia, quando: "o litígio versar sobre direitos indisponíveis" não sendo o caso abordado na alternativa.

Em "b": Errado – Um dos efeitos da revelia, é a presunção de veracidade dos fatos narrados pelo autor. Neste sentido, prescreve o art. 344, do NCPC – "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor".

Em "c": Certo – Art. 844, § 4º, I da CLT.

Em "d": Errado – Consoante disposto no art. 844, § 4º, inciso III da CLT – Não se dará revelia se: "a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato".

Em "e": Errado – O art. 844, § 4º, inciso IV da CLT – Prescreve que não produzirá os efeitos da revelia se: "as alegações de fato formuladas pelo reclamante forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos" (grifo nosso).

**GABARITO OFICIAL: C****2.**

Em "a": Errado – O juiz poderá limitar ou excluir provas na hipótese de considerá-las excessivas, impertinentes ou protelatórias, art. 852-D, da CLT.

Em "b": Errado – No procedimento sumaríssimo veda-se a citação por edital, art. 852-B, inciso II da CLT.

Em "c": Errado – A produção de provas no rito sumaríssimo ocorrerá na audiência de instrução e julgamento, devendo a parte se manifestar de forma imediata quanto aos documentos apresentados pela parte contrária, art. 852-H, caput e § 1º, da CLT.

Em "d": Errado – Conforme art. 852-H, § 6º, da CLT – "as partes serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de 5 (cinco) dias" (grifo nosso).

Em "e": Certo – Art. 896, § 9º, da CLT e Súmula 442 do TST.

**GABARITO OFICIAL: E****3.**

Em "a": Certo – Art. 799 da CLT – "Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência".

Em "b", "c", "d" e "e": Errado – Não são hipóteses de suspensão do feito.

**GABARITO OFICIAL: A**

# DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

## **Sobre a Autora**

### **Mariela Cardoso**

Jornalista e advogada, graduada na Universidade de Marília e Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM).

Especialista pela Fundação Getúlio Vargas.

Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Município de Marília-SP.

Professora especializada.



**1. (TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2017)** Nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015, a pessoa com deficiência

- a) poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, tratamento ou institucionalização forçada, mediante prévia avaliação biopsíquico-social, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- b) em situação de curatela, não terá participação na obtenção de consentimento para a prática dos atos da vida civil, pois, em tal circunstância, não possui qualquer capacidade civil.
- c) está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa, a fim de que sejam construídos ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.
- d) somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de risco de morte e de emergência em saúde, resguardado seu superior interesse e adotadas as salvaguardas legais cabíveis.
- e) e seu acompanhante ou atendente pessoal têm direito à prioridade na tramitação processual e nos procedimentos judiciais em que forem partes ou interessados.

**2. (TJ-SP – ASSISTENTE SOCIAL TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2017)** De acordo com a Lei nº 13.146/2015 e Resolução nº 230/2016, do Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais e os serviços auxiliares do Poder Judiciário devem promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às suas respectivas carreiras e dependências e o efetivo gozo dos serviços que prestam. Com essa finalidade,

- a) servidor com horário especial, em função de ter cônjuge, filho ou dependente com deficiência, ainda que possa acumular banco de horas como os demais servidores, não poderá exercer cargo em comissão, em função de sua onerosidade.
- b) se o órgão, por sua liberalidade, determinar a diminuição da jornada de trabalho dos seus servidores, esse benefício não é extensivo ao servidor beneficiário de horário especial.
- c) como forma protetiva, deve ser imposta à pessoa com deficiência a fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa, sob pena de responsabilidade por omissão.
- d) como medida protetiva e em razão dos elevados custos para a promoção da acessibilidade do servidor em seu local de trabalho, a Administração poderá impor ao servidor com mobilidade comprometida o uso do sistema “home office”.
- e) constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, devendo ser fornecidos recursos de tecnologia assistiva.

**1.**

Em "a": Art. 11 – A pessoa com deficiência não poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.

Em "b": Art. 85 – A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

§ 1º – A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

Em "c": Art. 4º, § 2º – A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

Em "d": Lei nº 13.146. Art. 13 – A pessoa com deficiência somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de Risco de Morte e de Emergência em Saúde, resguardado seu superior interesse e adotadas as salvaguardadas legais cabíveis.

Em "e": Art. 9º – A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:

VI – Recebimento de restituição de imposto de renda;

VII – Tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

§ 1º – Os direitos previstos neste artigo são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal, exceto quanto ao disposto nos incisos VI e VII deste artigo.

**GABARITO OFICIAL: D****2.**

Em "a", "b", "c" e "d": colocação competitiva.

- Independente da adoção de procedimentos especiais;

- Não exclui a possibilidade de uso de apoios especiais.

Colocação seletiva.

- Depende da adoção de procedimentos especiais;

- Depende do uso de apoios especiais;

Promoção do trabalho por conta própria.

- Através de fomento de ações de pessoas, visando a emancipação econômica e pessoal;

- Mediante trabalho autônomo, cooperativado ou em regime de economia familiar;

- Procedimento especiais = regime de contratação diferente. Por exemplo: flexibilidade de horário, jornada reduzida variável;

- Apoios especiais = tecnologias assistivas ou ajudas técnicas que auxiliam na inserção laboral da PcD (Pessoa com Deficiência). Por exemplo: muletas, carros de mão motorizados.

Em "e": Lei n. 13.146. Art. 37 – Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

**GABARITO OFICIAL: E**

# ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

## **Sobre a Autora**

### **Mariela Cardoso**

Jornalista e advogada, graduada na Universidade de Marília e Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM).

Especialista pela Fundação Getúlio Vargas.

Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Município de Marília-SP.

Professora especializada.

### 1. (PREFEITURA DE ITANHAÉM-SP – FISIOTERAPEUTA – VUNESP – 2017)

Assinale a alternativa correta com relação à Ética Profissional.

- a) O fisioterapeuta deve portar sua identificação profissional apenas se trabalhar com pacientes domiciliares.
- b) O fisioterapeuta deve portar sua identificação profissional apenas se trabalhar em hospital.
- c) O fisioterapeuta deve portar sua identificação profissional apenas se trabalhar em clínicas.
- d) O fisioterapeuta deve portar sua identificação profissional sempre que estiver no exercício da função.
- e) É facultativo ao fisioterapeuta portar sua identidade profissional, devendo utilizá-la apenas nas eleições do conselho.

### 2. (CÂMARA MUNICIPAL DE JABOTICABAL-SP – AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO – VUNESP – 2015)

Ética é o conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade. A ética no trabalho deve ser entendida como um valor da organização que assegura sua sobrevivência e reputação e, conseqüentemente, seus resultados. Uma das características do profissional ético é "ser responsável». Isso significa que ele deve

- a) cooperar com todas as chefias em relação a todas as irregularidades ocorridas durante o expediente de trabalho para não afetar seus resultados.
- b) comunicar a seu superior toda e qualquer transgressão das normas nas rotinas administrativas de seus colegas, no seu departamento.
- c) cuidar em apontar diariamente, sem que isso seja o seu trabalho, as necessidades de melhorias do trabalho dos demais colaboradores.
- d) estar consciente de suas atividades, seus deveres e suas atribuições. Saber o que, como e quando fazer.
- e) estar rigorosamente no seu horário de entrada na empresa, desenvolver seu trabalho e preservar pontualmente seu horário de saída.

## CÓDIGO DE ÉTICA

### 3. (PREFEITURA DE ITANHAÉM-SP – FISIOTERAPEUTA – VUNESP – 2017)

O parâmetro básico para fixação de honorários do fisioterapeuta, de acordo com o Código de Ética Profissional, é

- a) o salário-base de enfermeiros.
- b) o piso salarial da FENAFITO.
- c) o salário-mínimo nacional.
- d) o salário-base de profissionais de saúde.
- e) a referência nacional de procedimentos fisioterapêuticos.

**1.**

Em “a”, “b”, “c” e “e”: Errado – De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional, as referidas alternativas não recebem amparo legal.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E DE TERAPIA OCUPACIONAL - COFFITO Nº 424 DE 08-07-2013

Artigo 3º – Para o exercício profissional da Fisioterapia é obrigatória a inscrição no Conselho Regional da circunscrição em que atuar na forma da legislação em vigor, mantendo obrigatoriamente seus dados cadastrais atualizados junto ao sistema COFFITO/CREFITOS.

§ 1º: O fisioterapeuta deve portar sua identificação profissional sempre que em exercício.

**GABARITO OFICIAL: D****2.**

Em “a”, “b”, “c” e “e”: Errado – Estar consciente de suas atividades, seus deveres e suas atribuições. Saber o que, como e quando fazer.

Em “d”: Certo – A responsabilidade, além de estar relacionada diretamente com a consequência de nossos atos, também está devidamente associada a uma coisa que conhecemos como princípios, aos antecedentes a partir das quais um indivíduo toma as motivações para exercer o livre arbítrio e atuar com conformidade à responsabilidade.

(Disponível em: <<http://queconceito.com.br/responsabilidade>>.)

**GABARITO OFICIAL: D****3.**

Em “a”, “b”, “c” e “d”: Errado – O parâmetro básico para fixação de honorários do fisioterapeuta, de acordo com o Código de Ética Profissional está descrito na Resolução do Conselho Federal.

Em “e”: Certo.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E DE TERAPIA OCUPACIONAL - COFFITO Nº 424 DE 08-07-2013

Artigo 37 – O fisioterapeuta, na fixação de seus honorários, deve considerar como parâmetro básico o Referencial Nacional de Procedimentos Fisioterapêuticos.

**GABARITO OFICIAL: E**